

JUNHO 2026

188ª EDIÇÃO

# GAZETA DO POVO

REVISTA

Foto: Paula Froes/divulgação



## NA CONTA DO PETISMO

Escândalo do Master bate à porta de líder do Governo, suspeito de receber benefícios para atuar em favor de Vorcaro

Editorial: Condenação de Eduardo Bolsonaro é novo absurdo jurídico do STF

Fuga para o Paraguai: um Brasil que expulsa as próprias indústrias



*O ex-deputado Eduardo Bolsonaro foi condenado pelo STF por "coação no curso do processo". (Foto: ChatGPT sobre foto de Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)*

## EDITORIAL

# Condenação de Eduardo Bolsonaro é novo absurdo jurídico do STF

Na terça-feira, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) condenou por unanimidade o ex-deputado Eduardo Bolsonaro a

quatro anos de prisão, multa, perda do cargo de escrivão da Polícia Federal e inelegibilidade, pelo crime de coação no curso do processo. Segundo os ministros Alexandre de Moraes, Flávio Dino, Cristiano Zanin e Cármen Lúcia, o ex-deputado (que está radicado nos Estados Unidos e perdeu o mandato em dezembro de 2025, devido a faltas) teria cometido crime ao pedir a autoridades dos EUA que impusessem sanções aos ministros do STF e tarifas a produtos brasileiros, em resposta ao processo então em curso no Supremo contra o ex-presidente Jair Bolsonaro, pai de Eduardo.

O próprio Eduardo Bolsonaro jamais escondeu que tivesse pedido ao governo norte-americano que sancionasse Alexandre de Moraes e outros ministros do Supremo – Moraes chegou a ser incluído na lista da Lei Magnitsky, que elenca violadores de direitos humanos, mas foi retirado

meses depois. Por outro lado, embora o processo contra Jair Bolsonaro tivesse sido mencionado por Donald Trump nas justificativas do primeiro “tarifaço” contra o Brasil, Eduardo sempre afirmou que não havia solicitado nenhum tipo de tarifa. Tudo isso, no entanto, é (ou deveria ser) irrelevante, pois apenas uma interpretação muito extravagante, até mesmo teratológica, da lei penal brasileira poderia considerar ambas as atitudes como “coação no curso do processo”, definida no artigo 344 do Código Penal como “usar de violência ou grave ameaça, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitral”. Violência, obviamente, não houve. Mas tampouco existiu “grave ameaça”; tudo o que o governo norte-americano poderia eventualmente

fazer contra qualquer ministro do Supremo teria efeito bastante limitado – muito ao contrário, aliás, do que Moraes costuma fazer com as vítimas de seu arbítrio, não raro censuradas, privadas dos meios de subsistência (com bloqueios de contas ou desmonetização) ou do direito de ir e vir, graças a medidas como confisco de passaportes.



*Pedir socorro ao exterior quando alguém julga que as instituições de seu país violam direitos fundamentais é um direito garantido internacionalmente*

Absolutamente nada que os norte-americanos pudessem fazer teria a capacidade de paralisar ou interferir no julgamento de Bolsonaro. E aqui há

um detalhe importante: ainda que Eduardo Bolsonaro possa ter se esforçado para convencer as autoridades norte-americanas, ele não tinha poder nenhum sobre uma decisão final que não era dele, mas do governo dos Estados Unidos.

Dessa forma, o Supremo conseguiu, ao mesmo tempo, superdimensionar o poder de Eduardo Bolsonaro e diminuir a sua própria soberania – para usar uma palavra da moda. Primeiro, ao punir o ex-deputado como se tivesse sido dele a decisão de colocar Moraes na Lei Magnitsky ou cancelar vistos norte-americanos de ministros. Segundo, por implicitamente admitir que a possibilidade de não poder mais visitar os Estados Unidos já basta para que os ministros se sintam coagidos – ainda que batam no peito dizendo que não se deixaram coagir e condenaram Bolsonaro mesmo assim, a ideia

está posta e não há como escapar dela: se para os ministros um visto cancelado já é “grave ameaça”, temos uma corte de floquinhos de neve.

Só isso já bastaria para descaracterizar o eventual crime de coação, mas o raciocínio dos ministros foi tão tacanho que acabou também negando o que é um direito garantido inclusive em tratados internacionais: o direito de denunciar internacionalmente supostas violações de direitos humanos, incluindo o direito de pedir punições aos responsáveis por tais violações. Ninguém em sã consciência haveria de questionar, por exemplo, a luta dos opositores ao regime do apartheid na África do Sul; as denúncias dos dissidentes dos regimes comunistas do Leste Europeu, como Andrei Sakharov e Alexander Soljenitsin; ou o esforço dos democratas venezuelanos, liderados por

María Corina Machado, contra a ditadura  
chavista.

Sem querer fazer comparações entre o processo de Jair Bolsonaro e as situações elencadas, trata-se apenas de expor o princípio: qualquer um pode pedir socorro ao exterior se julga que as instituições de seu país estejam violando direitos fundamentais. O próprio Lula agiu assim em 2017, quando era processado na Lava Jato e enviou seus advogados à Europa para conseguir apoio de parlamentares britânicos e italianos. Cabe à comunidade internacional avaliar se as alegações fazem sentido e, em caso positivo, decidir o que fazer a respeito. Mas, a julgar pela argumentação dos ministros da Primeira Turma, os brasileiros não têm esse direito quando se trata de denunciar o arbítrio supremo.

A mordada, assim, torna-se planetária. Criticar o Supremo e apontar seus desmandos, quando se está no Brasil, pode ser “tentativa de golpe de Estado”, “ataque à democracia”, “desinformação”, e mais uma série de outros crimes imaginários; quando se está no exterior, vira “coação no curso do processo”. O absurdo disso tudo é evidente. Ninguém precisa gostar de Eduardo Bolsonaro, ou achar que as denúncias sobre os desmandos do Supremo (não apenas as do ex-deputado, mas todas elas, venham de onde vierem) fazem sentido, para reconhecer que ele tem o direito de se manifestar sobre o processo de seu pai e de usar os canais que tiver à disposição para chamar a atenção de autoridades estrangeiras.

O defensor público apontado para representar Eduardo Bolsonaro, que não constituiu advogado, também fez seu trabalho ao identificar

problemas processuais, como a citação feita por meio não previsto em lei e o fato de Moraes não poder julgar o ex-deputado, por ter sido o principal alvo das sanções americanas – ou seja, era parte interessada no processo. Os ministros ignoraram tudo isso, acostumados que estão a trocar o Código de Processo Penal pela própria vontade. E, ao agir assim, só deram ainda mais razão a quem exerce seu direito democrático de levar ao exterior a mensagem sobre um país onde o devido processo legal foi abolido e garantias básicas são negadas para facilitar a perseguição política – porque é disso que se trata.



[Voltar ao índice](#)



*Lei de Maquila, no Paraguai, simplifica brutalmente o ambiente tributário para indústrias exportadoras. (Foto: Alison Behnke / Wikipédia)*

## OPINIÃO

**Luciano Trigo**

# Fuga para o Paraguai: um Brasil que expulsa as próprias indústrias

O Brasil vive um processo preocupante e cada vez mais evidente de desindustrialização. Enquanto o

governo insiste em discursos sobre crescimento, inclusão social e crescimento econômico, o noticiário aponta para uma realidade bem mais sombria: cada vez mais empresas brasileiras têm migrado suas operações para o Paraguai, em uma busca desesperada por custos menores, regras mais simples e menos burocracia. Não se trata de uma migração ideológica, mas de uma decisão de sobrevivência econômica, diante de um ambiente local cada vez mais hostil para o setor produtivo.

Diversas marcas de peso já aderiram ao movimento. Na área têxtil, gigantes como Riachuelo, Lupo, Fiasul e Karsten transferiram parte de suas operações. Na indústria e metalurgia, Ambev, Tramontina e Marcopolo adotaram estratégia similar. JBS, BRF, Kidy e Oxygroup também estão entre as companhias

que já buscaram no Paraguai um ambiente mais favorável para a produção.

O principal atrativo do Paraguai é a chamada Lei de Maquila. Ela simplifica brutalmente o ambiente tributário para indústrias exportadoras: permite importar máquinas e insumos sem impostos, cria um imposto único de cerca de 1% sobre o valor da exportação e concede isenção de Imposto de Renda em determinadas condições. Enquanto o Paraguai oferece um modelo enxuto e transparente, o Brasil vive sob um sistema tributário fragmentado e cumulativo, com ICMS, IPI, PIS, Cofins, ISS, contribuições previdenciárias e uma infinidade de obrigações acessórias, que transformam qualquer atividade produtiva num campo minado fiscal. É um labirinto que sufoca quem produz, uma selva onde o empreendedor passa mais tempo

interpretando regras instáveis do que investindo em inovação e expansão. Grandes empresas são obrigadas a manter departamentos inteiros para compliance fiscal, enfrentando o risco constante de interpretações divergentes e autuações demoradas. Por sua vez, muitas empresas pequenas e médias simplesmente não suportam o peso da burocracia e fecham as portas, empurrando a economia para o atraso. Como se não bastasse a alta carga tributária, a insegurança jurídica é outro obstáculo à competitividade. A constante mudança de regras, as diferentes interpretações em cada estado, os julgamentos contraditórios e falta de transparência criaram um ambiente onde ninguém consegue planejar com segurança. Para o investidor, o que importa não é apenas o valor que se paga hoje, mas a certeza do que pagará amanhã, e sob quais condições. O Brasil falha

miseravelmente nesse quesito, fazendo com que capitais nacionais e estrangeiros prefiram o Paraguai. A situação se agrava com os custos trabalhistas. Não se trata de negar direitos que protegem milhões de trabalhadores, mas do descompasso entre esses custos e a produtividade praticada. No Brasil, o salário do empregado é apenas uma fração do custo real para o empregador, que arca com contribuições, encargos, benefícios e obrigações legais pesadíssimas. Isso reduz a competitividade da indústria, encarece a produção e atinge diretamente o mercado de trabalho, dificultando a geração de empregos formais.

Esse cenário vem criando um ciclo perverso: quando fábricas fecham ou migram para o Paraguai, levando empregos, arrecadação e

desenvolvimento tecnológico, isso enfraquece as cadeias produtivas e reduz a base tributária – o que, por sua vez, faz crescer ainda mais a pressão para aumento de impostos, ou a necessidade de incentivos, aprofundando a crise. O Paraguai, apesar de muito menor e menos desenvolvido, compreendeu que para atrair produção é preciso oferecer condições favoráveis concretas. A Lei de Maquila criou o ambiente de negócios que o Brasil insiste em não oferecer: simples, transparente e justo. O resultado é que as empresas podem focar no que realmente importa – produção e competitividade – e não na tentativa constante de driblar a burocracia e o sistema tributário. A lógica é pragmática e eficaz: quem oferece menos custos e mais previsibilidade atrai mais investimentos.

Esse tema deveria estar entre as preocupações do eleitor, que em breve decidirá quem governará a partir de 2027. Ele deve refletir se deseja um país que mantém uma carga tributária sufocante e regulações opressivas ou um país que favorece a geração de empregos e um ambiente favorável ao empreendedorismo. Para o Brasil retomar o rumo do desenvolvimento e da justiça social, é imperativo acabar com o “dízimo” tributário que penaliza quem arrisca, inova e produz.



**Autor:** Luciano Trigo é jornalista e escritor. Autor de 'O viajante imóvel', sobre Machado de Assis, 'Engenho e memória', sobre José Lins do Rego, e meia dúzia de outros livros, entre eles infantis. \*\*Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



*Mendonça afirmou que "certos setores atuam para criar um vício" com o objetivo de anular a investigação do caso Master. (Foto: Rosinei Coutinho/STF)*

## OPINIÃO

**Rodrigo Constantino**

### **Mendonça lavou a alma do brasileiro decente**

O ministro André Mendonça, ao votar pela manutenção da prisão do pai e do primo de

Daniel Vorcaro nesta terça-feira, protagonizou um embate com o ministro Gilmar Mendes que viralizou nas redes sociais. E não foi para menos! Mendonça lavou a alma do brasileiro decente, demonstrando coragem e independência para manter não só as prisões, como as investigações do caso Banco Master, contra toda a pressão do sistema.

Mendonça revelou ter recusado uma proposta de “delação seletiva” vinda da defesa de Vorcaro: “Me chegou uma proposta por um advogado, perderam o pudor, [dizendo]: ‘Queremos fazer uma delação seletiva’. Falaram na minha cara isso. Eu disse: ‘Não faço questão de delação. Agora, delação seletiva, comigo, não’”, disse Mendonça, sem identificar o advogado responsável pela proposta. Mendonça reiterou que a colaboração premiada deve ser um ato de

vontade da defesa e que seu único compromisso é com o que a investigação determinar, e não em "pegar todo mundo" por conveniência. O ministro deixou claro isso pois Gilmar fez logo um paralelo com a Lava Jato, sua grande obsessão, querendo claramente plantar a semente da nulidade ali na frente.



*Como tem muita gente envolvida, o esforço será para abafar as investigações e assar a pizza. Por isso mesmo, a postura de Mendonça merece tanto apoio: ele resolveu remar contra essa maré e desafiar os poderosos corruptos*

Gilmar Mendes nem sempre foi contra a Lava Jato. Ao contrário: ele era um dos seus maiores

defensores no Supremo. Mas algo aconteceu que o fez mudar repentinamente de postura. E desde então o decano da Corte vem tratando a Lava Jato como o maior desvio da Justiça brasileira, não como a mais eficaz operação de combate à corrupção que tivemos.

O povo parece discordar, tanto que o ex-juiz Sergio Moro lidera a corrida para o governo do Paraná, segundo pesquisa recente do IGR (Registro no TSE sob o nº PR-07149/2026), que ouviu 1.000 entrevistados entre os dias 10 e 13 de junho de 2026 e tem nível de confiança de 95% e margem de erro de 3,1 pontos percentuais. O ex-coordenador da Lava Jato, Deltan Dallagnol, também tem boas chances de ser eleito para o Senado, conforme a mesma pesquisa do IGR. Não obstante, Mendonça fez questão de deixar claro

que uma coisa é a Lava Jato, e outra é o caso Master. O ministro tem tomado o cuidado de fazer tudo dentro das regras para não permitir a anulação posterior das sentenças condenatórias, quando vierem.

"Não estamos aqui a julgar a Lava Jato. Estamos a julgar a maior fraude financeira do nosso país", retrucou Mendonça no início de seu voto. Ele rebateu as críticas de Gilmar, afirmando que o processo não trata de "simples atores num gabinete na Faria Lima" praticando crimes de colarinho branco. Segundo o relator, a investigação revelou "contornos de máfia" e de "crime organizado mafioso", com uso de fuzis, metralhadoras e infiltração no sistema policial.

De fato, “moer” uma empregada, “quebrar os dentes” de um jornalista e ter como braço-direito alguém chamado de Sicário, matador de aluguel, não é coisa de crime financeiro da Faria Lima apenas. No mais, o que o Tayayá de Toffoli tem a ver com a Faria Lima? O que o contrato de R\$ 129 milhões com o escritório da família de Alexandre de Moraes tem a ver com o mercado financeiro?

O Brasil precisa passar a limpo esse caso Master, pois tudo leva a crer que Vorcaro se transformou na maior lavanderia do sistema podre e carcomido do país. Como tem muita gente envolvida, o esforço será para abafar as investigações e assar a pizza. Por isso mesmo, a postura de Mendonça merece tanto apoio: ele resolveu remar contra essa maré e desafiar os poderosos corruptos.

Mendonça precisa tomar cuidado, evitar jatinhos e reforçar sua segurança. Ele mexeu num vespeiro. O senador Sergio Moro comentou: “Cabe elogiar a Segunda Turma do STF que, por maioria, manteve a prisão preventiva do pai e do primo de Daniel Vorcaro pelo gangsterismo de suas condutas e pelo risco ao processo. Sinaliza ao próprio Vorcaro que ele ficará – como deve ficar – preso. Os Mins. André Mendonça, Luiz Fux e Nunes Marques honraram as togas e não embarcaram nas narrativas falsas sobre a investigação ou sobre os motivos das prisões”. Moro acrescentou: “Gilmar Mendes, apesar de sua ladainha contra a Lava Jato, fracassou em sua tentativa de livrar da prisão preventiva a gangue do Master. Vitória da lei e da justiça”.

O advogado André Marsiglia fez a seguinte análise: “O resultado mais importante do

juízo de ontem não foi a manutenção das prisões do clã Vorcaro, mas a demonstração de força de Mendonça diante dos demais ministros, sobretudo de Gilmar. Se o clã Vorcaro tivesse sido solto, ou se Mendonça não tivesse atuado de cabeça erguida, estaria aberto o caminho para a soltura do próprio Vorcaro. O que aconteceu ontem, e a forma como aconteceu, dificultam esse movimento. A ala que quer enterrar o caso Master terá trabalho”.

Mendonça disse que a irmã de Sicário, quem ele custou a acreditar que se matou, teve acesso a dados do iCloud do celular do irmão que a PF ainda não conseguiu acessar. Em seguida, leu a troca de mensagens: “Destruir de vez com a menina não custa”. Mendonça, então, defendeu que esse conteúdo venha à tona, e disse: “Vem mais coisa por aí”. É o que o Brasil todo deseja, à

exceção dos corruptos. Com sua postura firme contra a Máfia, André Mendonça alimentou a esperança de combate à impunidade, que vinha sendo destruída num país em que até Sergio Cabral está solto e Lula “voltou à cena do crime”...



**Autor:** Rodrigo Constantino é economista pela PUC com MBA de Finanças pelo IBMEC, trabalhou por vários anos no mercado financeiro. É autor de vários livros, entre eles o best-seller “Esquerda Caviar” e a coletânea “Contra a maré vermelha”. Contribuiu para veículos como Veja, O Globo e Gazeta do Povo.

Preside o Conselho Deliberativo do Instituto Liberal. \*\*Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



Jaques Wagner está no centro das investigações da PF. (Foto: Paula Froes/Divulgação)

*Escândalo de corrupção*

## As suspeitas da PF envolvendo Jaques Wagner no caso Master

Por Wesley Oliveira, Juliet Manfrin, Ana Carolina Curvello e Guilherme Grandi

A nova fase da Operação Compliance Zero colocou o senador Jaques Wagner (PT-BA), líder

do governo Lula no Senado, no centro das investigações sobre o Banco Master. A operação desencadeou também uma corrida no Palácio do Planalto para tentar conter os danos políticos do caso. De acordo com os investigadores, as vantagens incluíam um apartamento de aproximadamente R\$ 2,45 milhões em Salvador, o uso de aeronaves privadas, ingressos para shows nos Estados Unidos e repasses a empresas ligadas ao entorno familiar do parlamentar.

Pegos de surpresa pela operação, auxiliares do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e integrantes da bancada petista passaram a discutir nos bastidores a conveniência de Jaques Wagner deixar a liderança do governo no Senado para se dedicar à própria defesa. Assessores do Planalto afirmaram à Gazeta do Povo que a prioridade é evitar que o escândalo contamine o

governo e a campanha presidencial deste ano. Wagner, porém, afirmou que não irá se afastar da liderança nem desistir de sua pré-candidatura à reeleição ao Senado.

As suspeitas detalhadas pela PF envolvem não apenas benefícios patrimoniais e financeiros atribuídos ao entorno do senador, mas também a suposta atuação de Wagner em temas de interesse do Banco Master no Congresso. Entre eles estão mudanças nas regras do crédito consignado, discussões sobre os limites de cobertura do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) e iniciativas relacionadas à tentativa de aquisição da instituição pelo Banco de Brasília (BRB).

As investigações alcançaram ainda pessoas próximas ao líder governista. Um dos alvos da

operação foi Eduardo Mendonça Sodré Martins, enteado de Jaques Wagner e atual secretário de Meio Ambiente da Bahia no governo Jerônimo Rodrigues (PT). A Polícia Federal atribui a ele participação em cobranças de pagamentos por parte do empresário Augusto Ferreira Lima e aponta repasses milionários para empresas ligadas ao núcleo familiar do senador.

Augusto Lima, ex-sócio do banqueiro Daniel Vorcaro, é apontado como um dos principais operadores do ecossistema financeiro associado ao Banco Master. A aproximação entre Jaques Wagner e o empresário remonta ao processo de privatização da Empresa Baiana de Alimentos (Ebal), em 2017, quando surgiu o CredCesta, produto que mais tarde se tornaria uma das bases da expansão nacional do grupo financeiro hoje investigado.

Os indícios reunidos pela PF e acolhidos pelo ministro André Mendonça indicam que Jaques Wagner seria o "suposto beneficiário central das vantagens econômicas investigadas" nessa fase da Operação Compliance Zero. Segundo os investigadores, os benefícios patrimoniais e financeiros atribuídos ao entorno do líder do governo Lula no Senado estariam relacionados à atuação do grupo ligado ao Banco Master.

Um dos principais eixos da apuração envolve a aquisição de um apartamento de alto padrão em Salvador. De acordo com a PF, Wagner encaminhou ao empresário Augusto Lima informações sobre a unidade e sobre o corretor responsável pela negociação. O imóvel, avaliado em cerca de R\$ 2,45 milhões, acabou sendo adquirido por uma empresa, em uma operação que, segundo os investigadores, apresenta

indícios de ocultação do verdadeiro beneficiário. A decisão de André Mendonça também reproduz diálogos que, na avaliação da PF, demonstrariam tentativas de conferir aparência de normalidade à transação.

Em uma das conversas interceptadas, integrantes do grupo teriam utilizado a expressão "a altura do vão é 2,45m" para se referir ao valor do imóvel. Outro conjunto de elementos apontados pela investigação envolve benefícios pessoais atribuídos ao senador do PT.

A PF afirma que Wagner e familiares utilizaram aeronaves ligadas a Augusto Lima e ao Banco Master em diferentes ocasiões. Os investigadores mencionam encontros na chamada "Ilha da Paixão", propriedade associada ao empresário,

além de mensagens em que o parlamentar solicita contatos de pilotos para deslocamentos particulares. As investigações também fazem referência ao pagamento de ingressos para shows nos Estados Unidos. Segundo a PF, o grupo ligado a Augusto Lima desembolsou R\$ 63,3 mil para a compra de entradas para apresentações de uma cantora internacional em Los Angeles. Mensagens obtidas pelos investigadores indicariam que o senador pediu a ampliação do número de convidados, solicitação que teria sido atendida pelo empresário.

No eixo financeiro, a Polícia Federal identificou repasses para empresas ligadas ao entorno familiar de Jaques Wagner. A investigação aponta que uma financeira associada a familiares do senador recebeu R\$ 3,5 milhões de uma

corporação vinculada ao ecossistema do Banco Master e à operação do CredCesta.

Planilhas apreendidas durante a investigação também registrariam pagamentos superiores a R\$ 2,3 milhões destinados a uma pessoa identificada como "Dudu", que os investigadores associam a Eduardo Mendonça Sodré Martins, enteado de Wagner e atual secretário de Meio Ambiente da Bahia no governo Jerônimo Rodrigues (PT). Em mensagens reproduzidas na decisão do STF, Eduardo aparece cobrando pagamentos de Augusto Lima e mencionando boletos e outras obrigações financeiras.

Para a Polícia Federal, os benefícios patrimoniais e financeiros não decorreriam apenas de uma relação de amizade entre os envolvidos. Os

investigadores sustentam que as vantagens econômicas estariam inseridas em uma relação mais ampla de interesses entre o senador e o grupo ligado ao Banco Master, hipótese que embasa outro eixo da investigação: a atuação parlamentar de Jaques Wagner em temas considerados estratégicos para a instituição financeira.

A Gazeta do Povo procurou o gabinete do senador Jaques Wagner para solicitar um posicionamento sobre os fatos apontados pela PF, mas não obteve retorno. Em entrevista à BandNews, o parlamentar afirmou que o apartamento investigado pela PF fazia parte de uma negociação para ajudar sua filha na aquisição de um imóvel ainda em construção.

Segundo ele, por essa razão, pediu ao empresário Augusto Lima que realizasse a compra inicialmente, comprometendo-se a recomprá-lo posteriormente. O senador negou qualquer atuação em favor de interesses do Banco Master e disse que os valores em espécie apreendidos têm origem regular, provenientes de diárias de viagens realizadas no exercício do mandato.

Wagner também negou proximidade com Daniel Vorcaro, afirmando ter se encontrado com o banqueiro apenas duas vezes e sustentando que sua relação com ele é "praticamente zero". Disse ainda ter recebido um telefonema do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em manifestação de solidariedade e confiança. Ele descartou deixar a liderança do governo no Senado ou desistir de sua pré-candidatura à reeleição.

Já a defesa do empresário Augusto Ferreira Lima afirmou que as diligências realizadas pela PF nesta quinta-feira eram "desnecessárias", alegando que o investigado está "há seis meses à disposição das autoridades para esclarecer os fatos em apuração". Em nota, os advogados sustentaram ainda que as medidas contribuirão para demonstrar "que os fatos apurados nesta fase da investigação são rigorosamente lícitos" e afirmaram que o empresário "sempre atuou dentro dos limites da lei, com transparência, responsabilidade técnica e observância das normas que regem o sistema financeiro e a administração pública".

A reportagem também buscou manifestação de Eduardo Mendonça Sodré Martins por meio da assessoria da Secretaria de Meio Ambiente da Bahia. Até a publicação desta reportagem, no

entanto, a pasta comandada pelo enteado de Jaques Wagner não havia retornado o contato. O espaço segue aberto.

## **PF investiga atuação de Wagner em pautas de interesse do Master no Congresso**

Para a PF, os benefícios patrimoniais e financeiros atribuídos ao entorno de Jaques Wagner não se restringiriam a uma relação de amizade com o empresário Augusto Ferreira Lima. Os investigadores sustentam que o senador também teria atuado em temas considerados estratégicos para a instituição financeira e para empresas associadas ao grupo.

Um dos eixos da apuração envolve propostas relacionadas ao mercado de crédito consignado,

área em que o Master se consolidou por meio do CredCesta. Segundo a PF, Wagner e Augusto Lima mantiveram conversas sobre medidas destinadas a ampliar a margem consignável de trabalhadores, aposentados e pensionistas e permitir a concessão de empréstimos para beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e de programas de transferência de renda do governo federal.

Outro ponto sob investigação é a PEC 65/2023, que trata da autonomia financeira do Banco Central. A proposta recebeu uma emenda que ampliava a cobertura do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) de R\$ 250 mil para R\$ 1 milhão por investidor.

O texto da emenda foi protocolado pelo senador Ciro Nogueira (PP-PI) e, segundo a PF, teria sido elaborado pela assessoria do Banco Master. A mudança beneficiaria instituições que utilizavam a garantia do fundo para atrair recursos do mercado, entre elas o banco comandado por Daniel Vorcaro.

De acordo com a decisão do ministro André Mendonça, Augusto Lima encaminhou a Jaques Wagner o link da emenda no mesmo dia em que ela foi incluída na PEC, em agosto de 2024. Dias depois, após um encontro presencial entre os dois, o empresário voltou a compartilhar o texto com o senador. Para os investigadores, as mensagens indicam que Wagner "não seria mero destinatário passivo de informações, mas interlocutor relevante em temas sensíveis ao grupo econômico investigado". As investigações

também se debruçam sobre a tentativa de aquisição do Banco Master pelo Banco de Brasília (BRB).

Segundo a PF, Augusto Lima mantinha o líder do governo Lula no Senado informado sobre os detalhes da operação e sobre iniciativas em tramitação no Congresso relacionadas ao negócio. A decisão do STF reproduz uma mensagem enviada pelo empresário ao senador em março deste ano: "Você mais do que ninguém sabe de minha história e faz parte disso!!".

Ainda de acordo com os investigadores, as mensagens trocadas entre os dois tratariam de temas como o rating da instituição, alterações em sua estrutura acionária, o Will Bank, requerimentos apresentados no Senado e até

propostas de criação de uma CPI sobre o caso. Para a PF, a constância desse fluxo de informações sugere uma relação funcionalmente direcionada, e não apenas uma amizade entre os envolvidos.

## **Operação contra Jaques Wagner abre nova frente de desgaste para Lula**

A ofensiva da PF contra Jaques Wagner atingiu um dos aliados mais próximos do presidente Lula e abriu uma nova frente de desgaste para o governo. Agora, integrantes do Planalto tentam preservar a articulação política e evitar novos focos de crise às vésperas da disputa eleitoral. Além de líder do governo no Senado, Wagner é considerado um dos principais conselheiros políticos do presidente e uma peça central nas negociações com o Congresso. A operação desta

quinta-feira pegou integrantes do Executivo e da bancada petista de surpresa.

Interlocutores do governo ouvidos pela Gazeta do Povo afirmaram que a principal preocupação passou a ser impedir que o escândalo do Banco Master se transforme em mais um fator de desgaste para Lula. Nos bastidores, aliados do presidente passaram a defender que Wagner deixe a liderança do governo para se dedicar à própria defesa, reduzindo o embaraço institucional provocado pelo fato de um dos principais articuladores do Executivo estar no centro das investigações.

O ministro da Secretaria de Relações Institucionais, José Guimarães, defendeu as investigações. "Recebemos com tranquilidade [a

operação]. A Polícia Federal tem autonomia para investigar, apurar tudo. Queremos que as apurações sejam feitas, doa a quem doer”, disse.

Mas integrantes do governo admitem reservadamente que um eventual afastamento poderia ter ocorrido antes, justamente para evitar que o Palácio do Planalto fosse arrastado para a crise. A avaliação predominante é de que caberá ao próprio presidente e ao senador definir os próximos passos, enquanto cresce a expectativa por explicações públicas sobre os valores apreendidos em endereços ligados ao parlamentar.

Apesar da apreensão nos bastidores, a direção nacional do PT saiu em defesa do líder governista. Em nota, o presidente nacional do

partido, Edinho Silva, afirmou que Jaques Wagner é "depositário de toda a nossa confiança". "Apoiamos todas as apurações envolvendo o Banco Master, a sociedade tem o direito de saber a verdade, os crimes cometidos precisam ser apurados e os responsáveis penalizados", declarou. Segundo Edinho, o partido confia que o senador "esclarecerá todos os fatos, comprovando a sua inocência. Como citado, Wagner descartou deixar a liderança do governo no Senado ou desistir de sua pré-candidatura à reeleição.

Agora, a estratégia do governo é tentar dissociar a imagem de Lula dos desdobramentos da investigação. Interlocutores do presidente afirmam que a orientação é tratar o caso como uma questão de responsabilidade individual, evitando manifestações públicas que possam

vincular diretamente o Palácio do Planalto às suspeitas investigadas pela Polícia Federal.

### **Mendonça determinou sigilo estrito e ciência limitada sobre a operação**

O ministro do STF André Mendonça determinou que a data e os detalhes da operação realizada nesta quinta fossem tratados com sigilo estrito e ciência limitada, o que teria sido interpretado por investigadores como cautela para impedir vazamentos políticos da operação. O diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, que retornava de viagem oficial à Suíça onde acompanhava Lula no G7, só teria sido informado formalmente da ação quando os mandados estavam sendo cumpridos. O presidente teria sido avisado por volta das 8h, quando as buscas no hotel onde o senador

costuma ficar em Brasília e propriedades dele na Bahia já haviam sido concluídas.

Integrantes do Planalto reconheciam, nos bastidores, que o caso Master poderia respingar com força no PT baiano por conta da privatização da Ebal, da origem do Credcesta e a ligação de Jaques Wagner com Augusto Lima. O que ninguém esperava, segundo interlocutores do governo, era uma ação direta contra o senador que é líder do governo no Senado, um dos aliados mais próximos de Lula e peça central na articulação política do terceiro mandato e da pré-campanha à reeleição do petista.

A apreensão de milhares de dólares em espécie em um endereço do senador em Brasília, de valores em endereços na Bahia, somada às

evidências reunidas pela PF sobre o suposto recebimento de imóvel de luxo, viagens em jatinho e ingressos de shows no exterior, tornou o cenário ainda mais difícil para o governo administrar.

## **Oposição diz que suspeitas já eram levantadas desde a CPMI do INSS**

Integrantes da oposição viram a operação contra o líder do governo Lula como uma confirmação de suspeitas que vinham sendo levantadas desde os trabalhos da CPMI do INSS. Parlamentares que participaram da comissão afirmam que os documentos obtidos por meio da quebra de sigilos do banqueiro Daniel Vorcaro e de pessoas ligadas ao Banco Master já indicavam uma conexão entre o grupo financeiro e personagens

do PT da Bahia, especialmente em torno da operação do CredCesta.

Um dos principais críticos do governo durante a comissão, o deputado Kim Kataguiri (Missão-SP) afirmou que a nova fase da Operação Compliance Zero reforça denúncias feitas pela oposição ao longo das investigações parlamentares. "O PT da Bahia está envolvido até o pescoço com o caso do Banco Master", declarou. Segundo o deputado, os elementos reunidos pela CPMI já apontavam para a importância da Bahia na expansão do modelo de negócios que impulsionou o crescimento do banco. O líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), também associou a operação à origem do CredCesta durante os governos petistas na Bahia. "A casa caiu no quintal do PT", afirmou.

Já o líder da oposição na Câmara, Cabo Gilberto Silva (PL-PB), utilizou o episódio para questionar o discurso histórico do partido sobre corrupção. O senador Sergio Moro (PL-PR) defendeu o aprofundamento das investigações relacionadas ao Banco Master e às conexões políticas reveladas pela operação.

Em nota, o Partido Liberal afirmou que a nova fase da Operação Compliance Zero reforça as suspeitas sobre a relação entre integrantes do PT e o grupo financeiro investigado. "A cada nova fase da operação, novos nomes ligados ao PT voltam ao centro das investigações. O caso 'PTMaster' é a prova de que, mesmo mudando os personagens, a corrupção sempre carrega um nome do partido", afirmou a legenda.

Para o cientista político Elias Tavares, a entrada de Jaques Wagner no centro das investigações dificulta a estratégia adotada pelo governo de tratar o caso Master como um problema restrito a personagens ligados à oposição. Segundo ele, até então o PT buscava enfatizar as relações entre o banqueiro Daniel Vorcaro e figuras do campo da direita. "Com Wagner entrando no centro da investigação, essa narrativa perde força", afirma. Na avaliação do analista, a percepção que tende a se consolidar é a de que o escândalo ultrapassa divisões ideológicas e atinge diferentes campos políticos. O impacto, segundo ele, é potencializado pelo peso de Jaques Wagner dentro do governo. "Ele não é um quadro secundário do PT. É uma liderança histórica, muito próxima do presidente Lula, e peça central da articulação do governo no Senado", diz.

Para Tavares, o caso tem potencial para provocar efeitos mais profundos na imagem do governo do que em sua capacidade de articulação no Congresso.

O cientista político Alexandre Bandeira avalia que a investigação representa uma "fratura" relevante para o Planalto justamente por atingir um dos principais aliados do presidente. Segundo ele, diferentemente de episódios marcados apenas por especulações políticas, o caso reúne elementos que a própria PF considera concretos. "Jaques Wagner não é um parlamentar qualquer. Ele é o líder do governo no Senado e um dos principais articuladores políticos do presidente. Isso torna mais difícil separar a crise da imagem do governo", afirma Bandeira. Para o analista, o episódio dificulta a estratégia do Palácio do

Planalto de tratar o escândalo do Banco Master como um problema externo ao núcleo governista.

Já o cientista político Flávio Testa avalia que os reflexos institucionais da operação tendem a ser mais limitados. Segundo ele, o governo mantém amplo controle das pautas legislativas e conta com o apoio das presidências da Câmara e do Senado. "O impacto no Congresso deve ser mínimo. A tendência é que o caso produza mais repercussão na narrativa política do que na governabilidade", afirma.



[Voltar ao índice](#)



*No julgamento sobre idade mínima para aposentadoria especial, prevaleceu a tese apresentada pelo ministro André Mendonça (Foto: Antonio Augusto/STF)*

*Aposentadoria especial*

## **STF derruba mais um ponto da Reforma da Previdência de Bolsonaro**

*Por Roberta Ribeiro*

O Supremo Tribunal Federal (STF) invalidou, no início de junho, mais um trecho da Reforma da

Previdência apresentada pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e aprovada em 2019 durante sua gestão. Trata-se da idade mínima para a concessão de aposentadoria especial a trabalhadores que exercem atividades insalubres, com exposição a agentes nocivos à saúde.

O plenário do Supremo acolheu o pedido feito pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI) por 6 votos a 5 na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6309. O entendimento foi de que a exigência de idade mínima para a concessão da aposentadoria especial é inconstitucional.

No julgamento, prevaleceu a tese apresentada pelo ministro André Mendonça. Segundo ele, a

exigência de idade mínima transformou um benefício criado para afastar o trabalhador de ambientes insalubres em um mecanismo que prolonga sua permanência nessas condições. Os ministros Nunes Marques, Dias Toffoli e Cármen Lúcia acompanharam o voto de Mendonça. O dispositivo também foi considerado inconstitucional pelo ministro-presidente, Edson Fachin, e pela ministra aposentada Rosa Weber.

O julgamento teve início no plenário virtual em 2024, mas Mendonça pediu vista. O relator do caso, ministro aposentado Luís Roberto Barroso, votou pela rejeição integral da ação. Os ministros Gilmar Mendes, Alexandre de Moraes, Luiz Fux e Cristiano Zanin acompanharam Barroso e consideraram constitucionais as mudanças promovidas pela reforma da Previdência, mas ficaram vencidos.

Agora, as partes ainda podem apresentar embargos de declaração, recurso utilizado para esclarecer pontos da decisão.

Como mostrou a Gazeta do Povo, esta não é a primeira vez que o STF e o Congresso reveem mudanças promovidas pela reforma da Previdência, aumentando o rombo previdenciário, principal razão do déficit das contas públicas.

### **Idade mínima prolongava permanência em atividades insalubres, diz advogada**

Para a especialista em direito público e administrativo do DTA Advogados, Deborah Toni, a decisão da Corte "reencontrou a razão de ser da aposentadoria especial". "O benefício não existe para premiar a longevidade, mas para retirar

precocemente do ambiente nocivo quem teve a saúde exposta a agentes prejudiciais", argumenta. Para Toni, com a decisão, o STF reforçou que a seguridade social não se destina apenas a garantir que a pessoa chegue à velhice, mas também a protegê-la enquanto trabalha em condições que encurtam sua expectativa de vida.

Na ação, a CNTI argumentou que as idades mínimas foram fixadas pela Reforma da Previdência de 2019 sem critérios técnicos. A entidade também sustentou que a exigência viola o princípio da dignidade da pessoa humana. O Supremo, contudo, não acolheu todos os pedidos da CNTI. A Corte manteve o cálculo da aposentadoria especial estabelecido pela Reforma da Previdência de 2019. A regra reduz o valor dos benefícios em relação às normas anteriores. Antes da reforma, a aposentadoria especial

correspondia à média dos 80% maiores salários de contribuição desde 1994. Ou seja, os 20% menores rendimentos eram descartados do cálculo, elevando o valor final do benefício. A partir de 2019, foi estabelecida uma nova regra. A média passou a considerar todos os salários recebidos desde julho de 1994 ou desde o início das contribuições ao INSS. O cálculo da aposentadoria parte de 60% da média salarial. Cada ano adicional além do mínimo exigido de contribuição (20 anos) acrescenta 2% ao benefício.

Os ministros também consideraram válida uma restrição imposta pela reforma. Até 2019, o profissional que havia trabalhado em condições insalubres e migrado posteriormente para atividades sem risco à saúde podia converter o tempo especial em tempo comum com um

acréscimo legal. Para isso, aplicava-se um multiplicador de 1,40 para homens e 1,20 para mulheres. Na prática, a cada 10 anos trabalhados em condições insalubres, um homem podia contabilizar 14 anos de contribuição e antecipar sua aposentadoria.

A reforma da Previdência extinguiu essa regra. A conversão passou a ser permitida apenas para o tempo exercido em condições especiais até 13 de novembro de 2019. O Supremo manteve esse entendimento. Assim, caso o trabalhador opte pela aposentadoria por tempo de contribuição, os anos dedicados a atividades insalubres após a reforma serão contabilizados como tempo comum, sem o adicional anteriormente aplicado nas conversões.

Também foi mantida a regra de transição para quem já contribuía para o INSS em 2019, mas ainda não havia cumprido os requisitos para se aposentar. O sistema de pontos soma a idade ao tempo de contribuição na data do pedido e varia conforme o período de exposição e o grau de insalubridade da atividade. A pontuação mínima varia de 66 a 86 pontos, conforme a atividade.

Com a decisão do STF, o critério para solicitar a aposentadoria especial volta a ser a comprovação do tempo de trabalho em condições prejudiciais à saúde ou à integridade física. O período exigido pode variar de 15 a 25 anos, dependendo da atividade. Entre as profissões que podem dar direito à aposentadoria especial estão:

- médicos, enfermeiros, dentistas, técnicos de laboratório e de raio-X, em razão do contato com agentes biológicos ou radiação;
- trabalhadores da indústria, metalúrgicos, soldadores e operadores de caldeiras, devido à exposição a ruídos elevados, altas temperaturas ou substâncias químicas;
- mineiros, pelo trabalho em minas subterrâneas;
- vigilantes e seguranças, em razão da periculosidade da atividade, independentemente do porte de arma;
- frentistas e trabalhadores de refinarias, devido ao contato com agentes químicos como benzeno e hidrocarbonetos;



[Voltar ao índice](#)



*Emissão de títulos de dívida pública brasileira denominados em yuan deve ser anunciada neste mês (Foto: Timon Studler / Unsplash)*

Pela 1ª vez

## Por que o governo Lula vai emitir dívida em moeda chinesa

Por Célio Yano

O governo brasileiro pretende fazer, em breve, sua primeira emissão de títulos de dívida pública

voltada especificamente para o mercado financeiro chinês, com negociação em yuan. A operação, que vem sendo planejada pelo Tesouro Nacional há dois anos, deve ser anunciada durante viagem oficial do ministro da Fazenda, Dario Durigan, a Pequim e Xangai, entre 24 e 26 de junho, segundo antecipou a Reuters na semana passada. O ministro confirmou a informação no dia 10, durante a 7ª reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o “Conselhão”. “O mundo olha para o Brasil como uma grande casa de oportunidade”, afirmou Durigan.

Ainda que bastante restrito, o movimento se soma a outras medidas de “desdolarização” da economia brasileira adotadas no atual mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o que vem sendo mal recebido pelos Estados Unidos.

Em janeiro de 2023, primeiro mês da atual gestão, Lula sugeriu, durante visita a Buenos Aires, a possibilidade de uma moeda comum para os países do Mercosul e do Brics. Dois meses depois, o governo anunciou um acordo com Pequim para transações comerciais sem o uso do dólar americano como intermediário, em câmbio direto entre real e yuan. Procurado pela Gazeta do Povo, o Ministério da Fazenda não informou quanto pretende captar com a venda dos títulos nem deu detalhes sobre os ativos, como taxa de juros e prazos de vencimento.

## **Emissão de títulos em yuan é estudada pelo Tesouro Nacional desde 2024**

A ideia do governo de emitir títulos de dívida externa sem usar o dólar não é recente. No Plano

Anual de Financiamento (PAF) de 2024, publicado em janeiro daquele ano, o Tesouro Nacional já informava que considerava “adaptar suas atuações de modo a estar alinhado às melhores práticas de gestão de dívida e avaliar, inclusive, oportunidades de emissões em outras moedas”.

Em novembro do mesmo ano, a então secretária de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Tatiana Rosito, afirmou, em evento com empresários chineses em São Paulo, que já havia estudos do Tesouro para a emissão dos títulos em yuan. Em junho do ano passado, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, reforçou que estudava a emissão de títulos na moeda chinesa. “Há uma curva de aprendizagem e um custo de captação que está sendo estudado”, disse, em entrevista à Bloomberg.

## **Estratégia visa diversificar fontes de financiamento da dívida externa**

A intenção ao utilizar “panda bonds”, como são chamados os títulos emitidos por empresas ou governos em moeda chinesa, seria diversificar o perfil da dívida brasileira. Ao mesmo tempo, a medida visa dar uma referência para empresas que desejam realizar operações semelhantes, disse Ceron na ocasião.

Antes do governo, a empresa brasileira Suzano, do setor de papel e celulose, foi pioneira na América Latina nesse tipo de operação ao lançar, no fim de 2024, R\$ 960 milhões em títulos em moeda chinesa.

Para Alexandre Pletes, head de renda variável da Faz Capital, a iniciativa é positiva. Além de

compor uma estratégia de diversificação, ela também abre acesso a uma nova base de investidores asiáticos. “A China é um grande parceiro comercial brasileiro. Nada mais justo do que ter também parceria em outras frentes”, diz.

Atualmente, 3,8% da dívida pública federal corresponde a títulos externos, com exposição à variação cambial. “O Tesouro já manifestou a intenção de elevar essa participação para em torno de 7% ao longo da próxima década”, lembra Marcos Vinícios Oliveira, analista da ZIIN Investimentos. “Ou seja, a emissão em yuan não parece ser um movimento isolado, mas, sim, parte de uma estratégia mais ampla de diversificação das fontes de financiamento do governo”, explica.

Em abril passado, o Tesouro já deu um passo nesse sentido ao emitir títulos em euro pela primeira vez em 12 anos. Voltados ao mercado europeu, os papéis somam € 5 bilhões. O volume final da captação configurou a maior emissão de títulos internacionais da história do Brasil. Na ocasião, chamou a atenção o fato de 9% dos investidores participantes serem asiáticos. Para o Tesouro, os resultados com alta demanda, elevado volume e spreads baixos refletiram “a percepção favorável do mercado internacional quanto à credibilidade do país”.

### **Títulos da dívida em yuan trazem riscos e são anunciados em meio a pressão americana**

Oliveira ressalta, no entanto, que há riscos a serem considerados. “O principal deles é cambial: o governo arrecada impostos em reais, mas passa

a ter uma obrigação denominada em yuan. Então, se a moeda chinesa se valoriza ao longo do tempo frente ao real, o custo efetivo aumenta”, diz. “É o mesmo risco quando o país emite a dívida em dólar”, explica. O mercado em yuan, no entanto, tem menor liquidez e profundidade do que o da moeda americana, acrescenta ele. “Embora a China seja a segunda economia do mundo, o yuan tem uma participação pequena no sistema financeiro internacional”, aponta o analista da ZIIN Investimentos.

Enquanto o dólar representa cerca de 58% das reservas internacionais dos bancos centrais, além de dominar os mercados globais de capitais, o yuan responde hoje por cerca de 2% a 3% dessas reservas.

Do ponto de vista geopolítico, a emissão de “panda bonds” públicos brasileiros ocorre justamente em um momento de pressão da Casa Branca sobre o Brasil, notadamente sobre o sistema financeiro nacional.

O Brasil já está sob a ameaça de tarifas adicionais de 25% sobre uma série de produtos exportados em razão de uma investigação com base na Seção 301 da legislação comercial americana. O dispositivo permite ao governo dos EUA impor sanções contra práticas comerciais estrangeiras consideradas desleais. No caso do Brasil, uma das práticas investigadas é o Pix, criado e operado pelo Banco Central (BC), que estaria afetando companhias americanas de tecnologia e meios de pagamento. A decisão sobre a aplicação das sanções está prevista para ser tomada até 15 de julho.

Em 2024, o presidente americano, Donald Trump, chegou a ameaçar a aplicação de tarifas de até 100% a países do Brics caso prosperasse o plano de criação de uma moeda comum ao bloco como alternativa ao dólar. “Embora a emissão de títulos tenha uma lógica financeira bastante clara, ela inevitavelmente vai ser observada pelos investidores também sob essa óptica geopolítica”, diz Oliveira.

Apesar disso, ainda que a emissão alcance o equivalente a alguns bilhões de dólares, o volume captado será relativamente pequeno quando comparado ao estoque da dívida pública brasileira, que hoje supera R\$ 8 trilhões.



[Voltar ao índice](#)



*A Califórnia está cada vez mais parecida com regimes corruptos da América Latina.  
(Foto: Imagem produzida por Gemini IA/Gazeta do Povo)*

Artigo

## Como a Califórnia virou uma “república das bananas” dentro dos EUA

Por Drew Allen, Daily Signal

Historicamente, uma “república das bananas” é um termo depreciativo para designar pequenas

nações instáveis da América Latina dominadas por uma elite corrupta. Esses regimes se mantinham no poder por meio de eleições manipuladas, repressão da oposição, capitalismo de compadrio e o saque sistemático de recursos públicos, tudo isso enquanto projetavam uma tênue aparência de legitimidade democrática. A população sofria na pobreza, enquanto a elite vivia em luxo ostensivo.

Tragicamente, esse arquétipo já não pertence apenas a trópicos distantes. Agora ele descreve a Califórnia — a economia subnacional mais rica do planeta e o exemplo mais claro de decadência institucional nos Estados Unidos.

O produto interno bruto da Califórnia supera o de quase todos os países soberanos. O estado é berço

de tecnologias transformadoras e a capital global do entretenimento. No entanto, por trás da superfície reluzente das avaliações do Vale do Silício e do glamour de Hollywood, existe uma ordem política que se tornou cada vez mais autoritária, opaca e voltada para seus próprios interesses. O estado já não é governado por visões concorrentes do bem público. Ele é controlado por um único partido que capturou todas as alavancas do poder institucional.

Os democratas ocupam o governo estadual, todos os cargos constitucionais de âmbito estadual, supermaiorias com poder de veto nas duas casas do Legislativo e uma esmagadora maioria dos assentos da Califórnia no Congresso. Os republicanos foram relegados à irrelevância cerimonial por mais de 20 anos. Em qualquer república autêntica, uma oposição vigorosa

funciona como um freio natural ao poder. Na Califórnia, esse freio foi sistematicamente desmontado.

Esse monopólio é sustentado e protegido por um dos sistemas eleitorais mais permissivos e menos responsáveis dos Estados Unidos. Todo eleitor registrado recebe automaticamente uma cédula pelo correio. Nenhuma solicitação ou justificativa é necessária. As cédulas podem chegar até sete dias após o dia da eleição, desde que tenham sido postadas dentro do prazo.

A coleta de cédulas por terceiros não é apenas legal, mas generalizada. Não há exigência de identificação do eleitor para cédulas enviadas pelo correio. Os mesários, em geral, são proibidos de solicitar identificação, exceto em

circunstâncias muito restritas. A verificação de assinaturas costuma ser superficial e facilmente “corrigida” com pouca fiscalização. Mais grave ainda, as cédulas são rotineiramente separadas de seus envelopes assinados antes da contagem, eliminando qualquer cadeia de custódia confiável.

Ainda mais preocupante, a lei da Califórnia permite explicitamente que os eleitores escrevam à mão a data em sua cédula ou no envelope de devolução. Cédulas que chegam atrasadas podem ser aceitas com base nessa data autodeclarada — mesmo que o carimbo postal esteja ausente, ilegível ou com data posterior ao dia da eleição. Críticos descrevem isso, com razão, como um mecanismo legalizado para retrodatagem de votos.

As consequências são previsíveis e recorrentes. Nas primárias para a prefeitura de Los Angeles em 2026, o republicano Spencer Pratt tinha uma vantagem expressiva de 8,1 pontos na noite da eleição. Até sua adversária progressista, Nithya Raman, parecia pronta para reconhecer a derrota. Então chegaram as cédulas tardias enviadas pelo correio, que favoreceram amplamente Raman, que acabou ultrapassando Pratt por cerca de 3.100 votos. Reviravoltas dramáticas de última hora como essa se tornaram uma característica previsível da política californiana, e não uma anomalia. Quando cidadãos e observadores exigiram maior transparência, o governador Gavin Newsom respondeu com ainda mais restrições.

Dias antes das primárias, ele sancionou a Lei do Senado nº 73, que limita severamente o acesso a

registros de eleitores, cédulas e tecnologias eleitorais, ao mesmo tempo em que impõe penalidades criminais — de até três anos de prisão — por “interferência” definida de forma vaga.

Horas depois, ele provocou publicamente os críticos com a mensagem grosseira “FAFO, Donald” - uma gíria agressiva do inglês que comunica algo como “fez besteira e vai se dar mal”, só que de forma xula -. Não se trata da retórica de confiança democrática, mas do desprezo de um governante entrincheirado que vê qualquer desafio à sua autoridade como ilegítimo — expresso com toda a sofisticação de um troll de rede social.

Para piorar, Newsom destinou milhões de dólares dos contribuintes — incluindo um contrato de

cerca de US\$ 19 milhões com a empresa Edelman, sediada em Nova York — para contratar consultores de relações públicas encarregados de melhorar a imagem desgastada da Califórnia e convencer o público de que tudo está bem.

O espetáculo de um estado em dificuldades usando recursos públicos para fazer propaganda de seu próprio sucesso captura perfeitamente o espírito de uma república das bananas. Enquanto esse teatro político se desenrola, os fracassos concretos da Califórnia se multiplicam. O estado apresenta a maior taxa de pobreza ajustada ao custo de vida dos Estados Unidos, extensos acampamentos de moradores de rua que degradam suas outrora grandes cidades, furtos generalizados no varejo que levaram grandes redes a fechar lojas, escolas públicas em declínio

e um êxodo crescente de empresas e famílias de classe média.

Um orçamento estadual de US\$ 800 bilhões, ainda assim, não consegue resolver esses problemas básicos, mas financia de forma consistente as prioridades da coalizão governante e de seus financiadores. A classe dominante, por sua vez, permanece protegida e confortável.

Bilionários da tecnologia, elites de Hollywood e poderosos interesses sindicais desfrutam de condomínios fechados, segurança privada e influência desproporcional em Sacramento, enquanto discursam sobre equidade para os mesmos cidadãos cujas vidas foram prejudicadas por suas políticas. Newsom, um político multimilionário, encarna perfeitamente a hipocrisia do regime: prega virtude climática e

justiça social enquanto preside o aumento dos custos de energia, o aprofundamento da pobreza e a deterioração institucional. A Califórnia já foi um polo de ambição, inovação e reinvenção. Tornou-se, em vez disso, um experimento fracassado evidente de poder progressista sem controle.

Repúblicas verdadeiras não temem a transparência em suas eleições, não proíbem a exigência de identificação nas urnas nem permitem a retrodatação manual de votos. Repúblicas verdadeiras não criminalizam o ceticismo nem protegem a classe governante da responsabilização. A Califórnia cruzou essa linha. A menos que seus cidadãos encontrem vontade para restaurar uma competição política genuína, o termo “república das bananas” deixará de ser um exagero retórico e se tornará a descrição mais

precisa do maior e outrora mais grandioso estado dos Estados Unidos.

*Drew Thomas Allen é colunista da Califórnia no Daily Signal, jornal conservador ligado à Heritage Foundation. Autor de livros conservadores como America's Last Stand e For Christ and Country: The Martyrdom of Charlie Kirk, além de seu mais recente Clinton Hoax, Obama Coup: The Declassified Story of the Trump–Russia Delusion.*

**©2026 Daily Signal. Publicado com permissão.  
Original em inglês: California Is America's  
Banana Republic**



Voltar ao índice

## PARA SE APROFUNDAR

- **Venda de decisões no STJ envolvia disputa de terras e cobranças milionárias**
- **13 anos dos protestos de 2013: por que a mobilização contra a corrupção perdeu força no Brasil**
- **STF compra briga com autoridades estrangeiras em meio à desmoralização internacional**
- **Revolução silenciosa: por que as escolas clássicas crescem no Brasil**
- **Estado mais conservador do país é o que menos recebe Bolsa Família**
- **O que é a marcha de mulheres que contrariou o movimento trans?**

## COMO RECEBER

As edições da Gazeta do Povo Revista vão estar disponíveis para download em PDF pelos nossos assinantes todos os sábados pela manhã no site do jornal. Também é possível se inscrever, para ser lembrado de baixar o arquivo, pelo [Whatsapp](#) ou pelo [Telegram](#). Se preferir receber por e-mail, você pode se inscrever na [newsletter](#) exclusiva para receber o link de download.

## EXPEDIENTE

A Gazeta do Povo Revista é uma seleção de conteúdos publicados ao longo da semana no nosso site. Curadoria e formatação: Carlos Coelho, Daliane Nogueira e Marcela Mendes. Apoio: Jessica Lopes da Silva dos Reis. Conceito visual: Claudio Cristiano Gonçalves Alves. Coordenação: Patrícia Künzel.


## APLICATIVO

Caso seu acesso seja via aplicativo iOS, só é possível visualizar o pdf. Para fazer o download, recomendamos o uso do navegador de internet de seu celular.



Voltar ao índice

GAZETA DO POVO



# CONHEÇA O SABER

Temas fundamentais não podem passar despercebidos. Acesse a homepage da Gazeta do Povo com conteúdos aprofundados e para reflexão

**ACESSE AGORA!**

# Índice

Editorial: Condenação de Eduardo Bolsonaro é novo absurdo jurídico do STF **04**

---

Luciano Trigo: Fuga para o Paraguai: um Brasil que expulsa as próprias indústrias **13**

---

Rodrigo Constantino: Mendonça lavou a alma do brasileiro decente **20**

---

As suspeitas da PF envolvendo Jaques Wagner no caso Master **29**

---

STF derruba mais um ponto da Reforma da Previdência de Bolsonaro **56**

---

Por que o governo Lula vai emitir dívida em moeda chinesa **65**

---

Como a Califórnia virou uma “república das bananas” dentro dos EUA **75**

---



**USUÁRIO DE ANDROID:** PARA NAVEGAR UTILIZANDO OS

LINKS DE PÁGINA VOCÊ PRECISA DO APP [ACROBAT READER](#)



**B I B L I O T E C A**  
**D A G A Z E T A**

**GAZETA DO POVO**

**ACESSE AGORA!**